

Divórcio com partilha de bens fica mais barato a partir de novas regras do CNJ

Com a recente decisão do Conselho Nacional de Justiça que alterou a regra para divórcios, inventários e partilhas de bens em casos de herança, os custos para as famílias foram reduzidos

JUSTIÇA

Daniele Madureira

FOLHAPRESS

Com a recente decisão do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) que alterou a regra para divórcios, inventários e partilhas de bens em casos de herança, que agora podem ser feitos em cartório, sem passar pelo Judiciário, a burocracia e os custos para as famílias foram reduzidos.

O preço dos serviços em cartório varia conforme a localidade, mas em geral é inferior ao dos trâmites de um processo na Justiça. Na cidade de São Paulo, a partilha de um patrimônio de R\$ 2,1 milhões, por exemplo, que poderia custar R\$ 35,3 mil no Judiciário, cai para R\$ 6.800, considerando as custas em cartório — uma redução de mais de 80%.

Neste valor, porém, não estão incluídos os custos com honorários advocatícios, que continuam sendo pagos à parte. "A pessoa vai precisar, sim, de uma assistência jurídica, com a contratação de um advogado. Mas vai diminuir o tempo em que

ela vai pagar esse advogado: em vez de um ano, será por dois ou três meses, no máximo", afirma Camila Monzani Gozzi, associada do Pinheiro Neto Advogados.

Com as mudanças na resolução 35/2007, por parte do CNJ, os processos se tornam muito mais célereis, diz. "Um trâmite que demorava um ano, por exemplo, agora pode ser resolvido em 60 dias."

As alterações na resolução do CNJ permitirão que processos de divórcio consensual sejam encaminhados extrajudicialmente, em Cartório de Tabelionato de Notas, mesmo quando envolvidos menores de 18 anos ou pessoas consideradas judicialmente incapazes.

Até então, pelo Código de Processo Civil, se havia um filho menor de idade, o divórcio só era possível perante um juiz de Direito, depois de ouvido um representante do Ministério Público, que defendia os interesses da criança ou adolescente.

"Mas resolver a partilha de bens em cartório, envolvendo menores, só é possível se outros dois processos — o da guarda e o da pensão — já tiverem sido encaminhados", diz a advogada Marisa Pi-



Novas regras para divórcios e inventários causam redução de custos FOTO: REPRODUÇÃO

nhu, que dirige o escritório de mesmo nome em Goiânia (GO), especializado no direito de família e sucessões.

Segundo Marisa, se a documentação está pronta, a separação pode sair em questão de semanas. "Isso é especialmente positivo quando se trata de cidades que não contam com várias especializadas, o que costuma tornar o trâmite muito mais demorado", afirma.

A advogada lembra que, no caso de partilha de bens envolvendo imóveis, a pessoa só será proprietária de fato se fizer a averbação, o que gera um outro custo. "Um imóvel de R\$ 1 milhão, por exemplo, terá custo de averbação em Goiânia de R\$ 5.236. Se for em São Paulo, o custo é de R\$ 1.099", diz Marisa.

De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o nú-

mero de divórcios registrados ao ano no Brasil cresceu 29% na última década, passando de 324.941 em 2013 para 420.039 em 2022 (último dado disponível).

Na capital paulista, a lei do Tribunal de Justiça de São Paulo prevê um escalonamento de quanto custa cada processo de partilha de bens, seja para divórcio ou inventário. A primeira faixa envolve bens de até R\$ 1403 — com custos para o cidadão de R\$ 324,29.

"A última faixa são para patrimônios de R\$ 32,3 milhões para cima, cujos custos somam R\$ 59,6 mil", diz Camila, do Pinheiro Neto Advogados.

Na tabela do Tabelionato de Contas de São Paulo, entram na conta custos com o próprio tabelião, o estado, a Secretaria da Fazenda, o Ministério Público, o Registro Civil, o Tribunal de Justiça e a Santa Casa.

Em relação às Santas Casas, o repasse obedece a lei 11.021, do final de 2001, de autoria do falecido deputado estadual Vitor Sapiaenza, que determina que recursos arrecadados pelos cartórios, antes repassados à Associação Paulista de Magistrados, passassem às Santas Casas.

Economistas projetam retomada de alta de juros

COPOM

Nathalia Garcia

FOLHAPRESS

O Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central deve retomar a alta da taxa básica de juros — a Selic — na próxima quarta-feira (18), dando início a um ciclo curto de aperto monetário e de ajuste gradual.

Para o primeiro passo da escalada, os economistas ouvirão pela reportagem projetam uma elevação da taxa básica em 0,25 ponto percentual, de 10,5% para 10,75% ao ano.

Apesar da expectativa consensual sobre qual deve ser a rota escolhida pela autoridade monetária, nem todos os agentes econômicos concordam com o caminho que parece mais provável nesta reunião — a primeira desde que Gabriel Galipol, atual diretor de Política Monetária, foi indicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) à presidência do BC.

Alguns acham que o Copom precisa ser mais assertivo na largada, com uma alta de 0,5 ponto percentual, enquanto outros defendem que a melhor opção seria manter os juros no patamar atual, na visão deles já bastante restritivo.

Semana será decisiva para os juros em todo o mundo

MERCADO

Paulo Renato Neuenceno

AG-51 (A14) (A1)

A semana será decisiva para os juros em todo o mundo. Autoridades monetárias de Estados Unidos, Japão e Reino Unido vão definir suas novas

taxas básicas, assim como o Brasil. Por aqui, a decisão acontece na quarta-feira, quando o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) define a Selic.

No mesmo dia, o Federal Reserve (Fed, banco americano) define o novo patamar da taxa básica na maior economia do mundo, com impacto na

demas, inclusive porque influencia a cotação do dólar. No Brasil, as apostas são de alta da Selic, hoje em 10,5% ao ano, com piores expectativas de inflação, mercado de trabalho aquecido e pressão de indicadores de atividade. Muitas instituições financeiras preveem alta para 10,75%, num ciclo de aperto que só deve terminar em janeiro.

Nos EUA, a dúvida é quanto à magnitude do corte. Em agosto, Jerome Powell, presidente do Fed, decretou que "havia chegado a hora de ajustar" a política monetária, indicando a queda como certa na decisão desta semana.

No fim dos pregões de sexta nos EUA, as apostas estavam, segundo a plataforma FedWatch, equilibradas:

49% dos agentes de mercado previam corte de meio ponto, e 51% de 0,25 ponto percentual. "O preço do dólar é mais importante porque olhamos tudo na economia globalizada com relação a ele. É a base de todas as outras moedas e preços do mercado", diz Eduardo Grübler, analista de multitermo da AWM, gestora da Warren Investimentos.

Por isso, o corte do juro nos EUA afeta principalmente países emergentes como o Brasil. A taxa de juros americana é capaz de sugar aplicações do mercado financeiro de todo o mundo ao tornar mais atraentes aos investidores os títulos americanos (treasuries), considerados o investimento mais seguro do mundo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAPÁ AÇO AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMETÁ ATUALIZAÇÃO DE INDEBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2024 - PROCEDE

ESTADO DO PARÁ PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2024-3P

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABERTINÓPOLIS LICITAÇÃO Nº 01/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAPÁ AÇO AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2024-3P

AGROPALMA S.A. CNPJ/MF Nº 04.102.265/0001-18 - NIRE 15300001188

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMEIRIA AÇO AVISO DE LICITAÇÃO RESOLUÇÃO Nº 01/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ELIZABETH DO PARÁ PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2024

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ CRIAÇÃO DE AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2024

HOSPITAL OPHIR LOYOLA GOVERNO DO PARÁ AVISO DE LICITAÇÃO Nº 0008/2024 - HOL

HOSPITAL OPHIR LOYOLA GOVERNO DO PARÁ AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0008/2024 - HOL

AGROPALMA S.A. CNPJ/MF Nº 04.102.265/0001-18 - NIRE 15300001188

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMA AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO POPO LICITAÇÃO Nº 01/2024

HOSPITAL OPHIR LOYOLA GOVERNO DO PARÁ AVISO DE LICITAÇÃO Nº 0008/2024 - HOL

HOSPITAL OPHIR LOYOLA GOVERNO DO PARÁ AVISO DE LICITAÇÃO Nº 0008/2024 - HOL

HOSPITAL OPHIR LOYOLA GOVERNO DO PARÁ AVISO DE LICITAÇÃO Nº 0008/2024 - HOL

AGROPALMA S.A. CNPJ/MF Nº 04.102.265/0001-18 - NIRE 15300001188

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAPÁ AÇO AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2024-3P

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRANCO AÇO AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2024

HOSPITAL OPHIR LOYOLA GOVERNO DO PARÁ AVISO DE LICITAÇÃO Nº 0008/2024 - HOL

HOSPITAL OPHIR LOYOLA GOVERNO DO PARÁ AVISO DE LICITAÇÃO Nº 0008/2024 - HOL

HOSPITAL OPHIR LOYOLA GOVERNO DO PARÁ AVISO DE LICITAÇÃO Nº 0008/2024 - HOL

COMPANHIA REFINADORA DA AMAZÔNIA CNPJ Nº 83.663.484/0001-86 - NIRE 15300106164

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAPÁ AÇO AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2024-3P

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BONFIM DO PARÁ AVISO DE LICITAÇÃO Nº 009-2024

HOSPITAL OPHIR LOYOLA GOVERNO DO PARÁ AVISO DE LICITAÇÃO Nº 0008/2024 - HOL

HOSPITAL OPHIR LOYOLA GOVERNO DO PARÁ AVISO DE LICITAÇÃO Nº 0008/2024 - HOL

PREFEITURA MUNICIPAL DE OBIDOS-PA AVISO DE LICITAÇÃO REPUBLICAÇÃO COM CONCORDANCIA PUBLICA

COMPANHIA REFINADORA DA AMAZÔNIA CNPJ Nº 83.663.484/0001-86 - NIRE 15300106164